

## Violência contra a mulher e o desmonte das políticas públicas



Mulheres da Unicamp vão às ruas exigir o fim da violência.

Apesar da importância do enfrentamento à violência contra a mulher ter sido destacada nas campanhas eleitorais de 2022, muitos governadores não dão a devida atenção ao tema.

Um caso preocupante é o do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) que, no ano passado, congelou R\$ 5 milhões destinados ao programa de enfrentamento à violência contra as mulheres, mesmo diante do crescimento dos feminicídios e estupros no estado.

Além disso, o recurso destinado às novas delegacias da mulher não foi implementado, tendo sido executado apenas 3% do total de R\$ 24 milhões previsto na Lei Orçamentária Anual.

O descaso demonstrado por Tarcísio é inaceitável diante da urgência em proteger a vida e os direitos das mulheres.

Além disso, as falhas sistemáticas no sistema de justiça e proteção às vítimas fazem com que muitas mulheres não denunciem seus agressores por medo de represálias ou por falta de apoio adequado do Estado.

O resultado disso tudo é: violência, opressão, desigualdade, desrespeito e morte da mulher brasileira.

E os feminicídios não são apenas estatísticas, são o resultado de uma cultura que desvaloriza e oprime as

mulheres, que as trata como objetos descartáveis, sujeitas à violência e ao controle masculino.

Os números de feminicídio são a prova viva de que a sociedade continua a falhar na proteção e no respeito aos direitos das mulheres.

De acordo com o FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), no ano passado, uma mulher morreu a cada 6 horas vítima de feminicídio, totalizando 1.463 vítimas/ano.

O número de mulheres que perderam a vida em 2023 é o mais alto desde a sanção da Lei 13.014/2015, que tipifica o feminicídio como crime hediondo, e desde que o FBSP iniciou a série de pesquisas sobre o assunto.

Cada uma dessas vidas perdidas é uma tragédia, uma história interrompida brutalmente por conta do simples fato de ser mulher. É um grito de alerta para uma sociedade que perpetua a desigualdade de gênero e a cultura do machismo.

É bom registrar que esse número pode estar subnotificado devido às dificuldades das polícias e tribunais para classificar os casos.

**Maioria delas sabe que a Lei Maria da Penha existe, mas desconhece como funciona**

Outra questão que evidencia a situação de vulnerabilidade feminina é que apenas duas em cada dez mulheres se sentem bem informadas sobre a Lei Maria da Penha, que visa combater a

violência doméstica e familiar contra a mulher.

O estudo, realizado pelo Observatório da Mulher Contra a Violência e o Instituto DataSenado, revela um conhecimento limitado sobre a lei, especialmente entre as mulheres.

É urgente que as mulheres conheçam seus direitos e consigam acessar recursos e políticas públicas de combate à violência de gênero para interromper ciclos de abusos e agressões.

**OIT propõe combate à violência e ao assédio no mundo do trabalho**

A violência sofrida pela mulher não conhece fronteiras e permeia todos os aspectos da sua vida.

Com o aumento dos casos de assédio e violência no ambiente de trabalho, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) estabeleceu novas normas globais para combater esses problemas.

A Convenção Nº 190 (ou C190), adotada em junho/2019, é o primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas/os a um ambiente de trabalho livre de violência e assédio, incluindo os casos baseados em gênero.

Apesar da campanha global, até o momento apenas o Uruguai e Fiji subscreveram o acordo.

Vale destacar que, desde 2007 o STU garantiu no Ministério Público do Trabalho o Acordo Coletivo que combate o Assédio Moral na Unicamp, acesse o

documento em [www.stu.org.br](http://www.stu.org.br).

Esse compromisso foi fruto de uma conquista histórica construída com embasamento político, jurídico e de saúde, além do conhecimento acumulado em encontros, seminários e debates sobre os problemas decorrentes do Assédio Moral na Unicamp.

É indiscutível que um ambiente livre de violência deve ser condição obrigatória para um trabalho digno.

### Como agir diante da violência?

Vítimas de violência doméstica devem chamar a Polícia Militar no número de emergência 190, gratuito e disponível 24h.

Já a Central de Atendimento à Mulher do governo federal, número 180, é um serviço que registra e encaminha as denúncias aos órgãos competentes, além de fornecer informações sobre os direitos da mulher.

Na Unicamp a Secretaria de Vivência nos Campi disponibiliza o serviço de vigilância que pode ser acionado pelo (19) 3521-6000 com a possibilidade de escolta noturna.



# Diversidade: a luta da mulher negra, LGBT, indígena e PcD



Primeira Assembleia do Coletivo Anticapacitista Adriana Dias, em outubro/2023. Crédito: Coletivo Anticapacitista Adriana Dias.

As mulheres no Brasil por muito tempo foram cerceadas de terem voz, opinião, gostos e serem quem elas gostariam de ser. Com muita luta isso tem mudado, mas também tem tido um preço alto.

As mulheres negras e indígenas enfrentam inúmeros desafios na sociedade e na área profissional, especialmente no setor público, onde a falta de políticas de inclusão e de diversidade agrava ainda mais a situação.

No Brasil, o racismo estrutural e o preconceito dificultam o acesso às oportunidades de trabalho e o avanço na carreira. Mesmo com a recente medida aprovada pelo governo Lula de equiparação salarial entre homens e mulheres, as diferenças salariais ainda persistem, sendo mais acentuadas para mulheres negras e indígenas.

Dados revelam que, em média, mulheres negras ganham bem menos do que homens brancos e mulheres brancas em cargos similares. E a representatividade dessas mulheres em posições de liderança é escassa, refletindo a falta de inclusão e reconhecimento dentro das organizações. Já as mulheres indígenas frequentemente enfrentam

preconceito devido à visão estereotipada e exotificada que muitas pessoas têm sobre suas culturas.

Como se o seu lugar fosse exclusivamente na “aldeia”, desconsiderando suas capacidades e aspirações individuais. Esse preconceito contribui para a marginalização dessas mulheres e dificulta sua participação plena na sociedade, tanto no ambiente profissional quanto em outros contextos sociais.

## **Na Unicamp a realidade não é diferente!**

Mulheres, especialmente as negras e indígenas, enfrentam obstáculos adicionais devido à elitização do ambiente acadêmico e à ausência de políticas efetivas de promoção da diversidade.

É certo que as cotas é uma das melhores políticas de inclusão no serviço público para garantir a igualdade e a diversidade.

O STU sempre defendeu as cotas, tanto que esteve junto aos movimentos estudantis na luta até a conquista das cotas etnicorraciais dentro da Universidade. E atualmente apoia os movimentos LGBTQIA+ e PcD.

As cotas não são privilégios,

mas medidas corretivas em um contexto onde o acesso igualitário não foi garantido.

## **A luta por direitos das comunidades LGBTQIA+ e PcD**

Infelizmente o Brasil continua sendo o país mais homotransfóbico do mundo, e teve 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ no ano de 2023, uma a mais que o registrado em 2022.

Desde a colonização do nosso país, a população LGBTQIA+ é vítima de inúmeras formas de preconceitos. O Brasil tem enraizado na sua cultura a discriminação e o emudecer das pessoas que não se encaixam em um padrão social que siga a heterossexualidade como exemplo.

De acordo com a funcionária da Unicamp, Gabriela Bié, que faz parte da comunidade LGBTQIA+, “o que a gente vive hoje é uma quebra geracional, e eu fico muito feliz em ver que essas pessoas estão vindo para a universidade muito ciente do que são, muito orgulhosas, sem ter vergonha de ser o que são. Temos que nos espelhar nessa juventude e ter a coragem de ser quem a gente gostaria de ser”.

O NCT (Núcleo de Consciência TRANS) tem lutado para transicionar a Unicamp, e uma das suas reivindicações é conseguir cotas trans, como o coletivo Anticapacitista Adriana Dias, que também busca uma Unicamp mais inclusiva e menos capacitista, e também luta por cotas PcD.

Segundo a integrante do coletivo anticapacitista Adriana Dias,

Giovanna Romaro, as pessoas com deficiência (PcD) enfrentam muitos desafios na Unicamp, e o maior deles é a falta de acessibilidade atitudinal, que significa a prática de atitudes e comportamentos que promovam a plena participação de pessoas com deficiência da vida em sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ano passado o STU esteve em greve principalmente pela luta contra a implantação do Ponto Eletrônico, e uma das suas preocupações é também a dificuldade que as PcD podem enfrentar com a implantação.

“O ponto eletrônico, assim como todas as coisas na sociedade, foi feito pensando para corpos normativos, então ele não tem adaptações para pessoas cegas, para pessoas surdas, que têm alguma condição de deficiência. Se a pessoa não tem as mãos, ela vai conseguir bater o ponto dela?”, reflete Giovanna, que também é funcionária técnico-administrativa da Faculdade de Educação da Unicamp.

A grande verdade é que o ponto eletrônico não foi pensado para as pessoas com deficiência. “O ponto eletrônico não pensou em acolher essa diversidade, ele pensou apenas em normativizar o comportamento, o controle dos corpos”, diz Giovanna.

O STU continua a luta contra a implantação do ponto eletrônico, e está na luta também com o coletivo anticapacitista Adriana Dias pelas cotas na graduação e mais acessibilidade para funcionárias/os da Unicamp.



Outdoor espalhado pela cidade em defesa das Cotas Raciais na Unicamp/2017



# O que é Etarismo e como a discriminação por idade pode impactar a vida das mulheres



Roda de conversa no mês da mulher debateu os desafios do Etarismo.

Etarismo é um novo nome para um velho preconceito contra pessoas com base na sua idade. No Brasil, o tema é novo e pouco conhecido, mas tem aparecido em diversas circunstâncias, como por exemplo nos desafios das mulheres aposentadas que precisam enfrentar os baixos salários para sobreviver, e das mulheres que necessitam continuar trabalhando para sustentarem suas famílias.

A aposentadoria é um dos momentos mais marcantes da vida, embora seja um momento de muitas mudanças, exige desafios que as mulheres aposentadas precisam enfrentar. Muitas mulheres são arrimos de família e, muitas vezes, mesmo com a saúde comprometida, precisam cuidar dos idosos/as e netos/as da família, além de sofrerem etarismo. Especialmente quando precisam voltar ao mercado de trabalho para garantir o sustento da família.

Segundo a conselheira Regional de Enfermagem/SP Maria Edith Almeida Santan, há um aumento da idade média da força de trabalho e, com a nova regra de aposentadoria, a mulher acaba trabalhando por mais tempo na sua vida. “O mercado de trabalho é cruel com as mulheres, e com as mulheres idosas mais ainda. Há uma discriminação que nós estamos lutando há anos, queremos igualdade nos salários, e o direito de sermos bem remuneradas, pois quando a mulher idosa consegue um trabalho, ela está vulnerável a esses tipos de preconceitos”, completa a diretora do STU, Edith, que também é uma trabalhadora ativa na área da saúde no CAISM.

## Aposentadoria não é garantia

Infelizmente existe uma carência muito grande de políticas públicas de saúde e de proteção para a mulher idosa no nosso país. A aposentadoria não é uma garantia de uma vida com dignidade, justamente por diversos fatores que fazem as mulheres não desfrutarem desse período após longos anos de trabalho, como o baixo valor que recebem. Isso se houver contribuição, porque muitas não possuem um trabalho fixo com carteira assinada, que possa futuramente lhe amparar através do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

## Violência contra pessoa idosa

As/os idosas/os constituem o grupo que mais sofre com o etarismo no Brasil e no mundo. No estatuto do idoso existe uma lei de nº 10.741 prevendo crime para a pessoa que, por qualquer motivo, humilhe ou menospreze alguém por causa de sua idade. As denúncias de violência contra a pessoa idosa podem ser feitas pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos). O atendimento é realizado diariamente, 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana.



## Respeito não tem idade

Uma das formas de combater esse preconceito é conscientizar a população sobre os problemas que o Etarismo pode criar. O dano psicológico pode afetar as mulheres por terem suas opiniões invalidadas. Como a expectativa é de muitas pessoas atingirem a melhor idade, para uma boa convivência precisa-se ter respeito. Portanto, vamos apagar aquela frase: “você não tem mais idade para isso”! Vamos incentivar a inclusão das mulheres nos locais de trabalho. Se você conhece alguém que possa oferecer essas oportunidades, promova essa ação. Isso pode mudar e dar oportunidade para o desenvolvimento das mulheres na melhor idade e colaborar para o etarismo não se propagar.





## 2ª edição do Sind-Hour "O Palco é Delas"



### Sind-Hour APRESENTA... O palco é **DELAS!** 2ª Edição

**22/03 • 18H • STU**  
(SEXTA-FEIRA)

Com **Marli Armelin | Vivien Ruiz & Elan Siqueira**

O Sind-Hour do STU tem a honra de convidar você para a segunda edição do "O Palco é Delas", nesta sexta-feira (22), a partir das 17h30, para homenagear todas as mulheres de luta da Unicamp, neste mês dedicado a elas.

Para comemorar essa data, vamos receber no palco do sindicato, Vivien Ruiz acompanhada de Elan Siqueira (voz e violão), e Marli Armelin.

O talento, a beleza e a força das mulheres que fizeram e fazem

do STU um sindicato de luta, estará no palco do Sind-Hour nessa noite especial para as mulheres, especialmente para as trabalhadoras da Unicamp!

Após os shows o palco ainda será delas, e quem quiser cantar poderá se divertir com o Karaokê que estará à disposição.

Te esperamos nesta noite especial para celebrar e reafirmar a resistência das mulheres da Unicamp!

## Mês de Luta da MULHER



20/03, às 10h, no STU: Atuação das Promotoras Legais Populares na luta contra a Violência de Gênero.  
Convidadas: Vivien Ruiz e Viviane Junta.

21/03, às 10h, no HC: Roda de Mulheres "Cura do Sagrado Feminino".  
Convidada: Gessyane Seno.

22/03, às 17h30, no STU: Sind-Hour "O Palco é Delas".  
Show com Marli Armelin, Vivien Ruiz e Elan Siqueira. Karaokê aberto para as mulheres soltarem a voz.

Lançamento da Exposição Fotográfica "Mulheres em Luta: Força e Pluralidade".

\*Programação sujeita a alterações



## POESIA 1

Catarina Comoli Moura - Aposentada/Unicamp

### INCONFORMIDADE

Não sou juiz de ninguém  
Cada um dá o que tem  
Ou passa a vida sem ver...  
Quaisquer das opiniões  
Estão carentes de ações  
Comprometem o ser ou não ser.

Um dia depois do outro  
A vida vai-se num sopro  
Tais quais as plumas ao vento.  
Então para que esperar  
A vida toda passar  
Sem um autojulgamento?

Pensar no que estamos fazendo  
É sentir a mente remoendo  
Pedaços de compromissos...  
Ao contrário, os displicentes  
Dizem o mais abertamente  
Não temos nada com isto!

Será mesmo que não tem?  
Ou o mundo é só de alguém  
E não compartilha os demais?  
Seja qual for a resposta  
Neste mundo todos gostam  
De conforto, amor e paz!



## POESIA 2

Maria da Conceição Francelino - Aposentada/Unicamp

### POEMA PARA A MULHER

(Ser mulher... Sou mulher! Ser mulher é ser missão)  
Se eu, mulher, tiver a chance de nascer de novo,  
Se eu mulher, tiver a chance de fazer escolha, quero voltar mulher.  
Se me perguntares por que eu lhe digo com toda certeza:  
Nós, mulheres, não fomos criadas por acaso!

Alguém superior nos confiou uma bela missão  
Da qual só nós mulheres somos capazes!  
Alguém superior nos confiou esta missão tão especial.  
Missão especial nos confiou Deus!  
Indicou o lugar, determinou o momento,  
Indicou o caminho e guiou nossos passos!  
Deus nos colocou a frente do mundo  
Para construirmos nossa história.  
História de vida! Um grão de areia,  
Uma gota de orvalho, talvez,  
Mas de muita importância circulando no Universo!

## PLENÁRIAS PARA RENOVAÇÃO DO ACORDO COLETIVO DA SAÚDE SERÃO DIA 21/03 NO HC E CAISM

Na quinta-feira, 21/03, vai acontecer uma Plenária no HC e outra no Caism, de manhã e à tarde, para a construção do texto do novo Acordo Coletivo da área da saúde. Este acordo estabelece normas e diretrizes de trabalho e direitos do trabalhador para os/as profissionais do Complexo Hospitalar da Universidade.

Confira a programação:

- 9h Plenária no HC
- 14h Plenária CAISM

Se você trabalha na área da saúde, é hora de garantir seus direitos.

**Venha contribuir com a suas sugestões.**